
A CHINA E A TRANSIÇÃO SOCIALISTA – UM BREVE BOSQUEJO¹

CHINA Y LA TRANSICIÓN SOCIALISTA - UN BREVE BOSQUEJO

CHINA AND THE SOCIALIST TRANSITION - A BRIEF SKETCH

Luís Carapinha²

Resumo: O rumo acidentado do processo revolucionário de construção do socialismo da China revela uma gradual reorientação das energias revolucionárias para as “tarefas técnicas”, centradas no desenvolvimento económico e elevação das forças produtivas. O reenquadramento teórico e prático da transição socialista chinesa adquire uma dimensão qualitativa com a proclamação da política de Reforma e Abertura e o reconhecimento da etapa histórica que o Partido Comunista da China, a partir de Deng Xiaoping, definiu como estágio primário do socialismo. A reformulação económica recoloca a questão da utilização dos instrumentos do mercado no processo da transição socialista da China, estabelecendo um paralelo com a experiência pioneira soviética da NEP. A economia de mercado socialista na China corresponde a um modelo de economia mista, em que a propriedade pública e o Estado detêm os altos comandos da economia, e a inserção na economia mundial constitui uma alavanca fundamental, realidade que não configura como dado adquirido um regresso da China ao domínio do capitalismo. Ao mesmo tempo, o confronto incontornável entre as dinâmicas económicas de dois sistemas antagónicos – socialismo e capitalismo – coloca ao PCCh e ao proletariado chinês a exigência teórica e prática da salvaguarda de uma reatualizada perspectiva de classe.

Palavras-chave: China, Partido Comunista da China, transição socialista, economia de mercado socialista.

Resumen: El curso accidentado del proceso revolucionario de la construcción del socialismo en China revela una reorientación gradual de las energías revolucionarias para las “tareas técnicas”, centrándose en el desarrollo económico y el aumento de las fuerzas productivas. El replanteamiento teórico y práctico de la transición socialista china adquiere una dimensión cualitativa con la proclamación de la política de reforma y apertura y el reconocimiento de la etapa histórica que el Partido Comunista de China, desde Deng Xiaoping, define como la etapa primaria del socialismo. La reformulación económica recoloca la cuestión de la utilización de instrumentos de mercado en el proceso de transición socialista en China, estableciendo un paralelismo con la experiencia pionera soviética de la NEP. La economía de mercado socialista en China corresponde a un modelo de economía mixta, en la que la propiedad pública y el Estado tienen los comandos fundamentales de la economía y la integración en la economía mundial es una palanca clave, realidad que por sí sola no significa un retorno de China para el dominio del capitalismo. Al mismo tiempo, el choque inevitable entre las dinámicas de dos sistemas económicos antagónicos - socialismo y el capitalismo - pone al PCCh y proletariado chino la exigencia teórica y práctica de asegurar una perspectiva de clase reatualizada.

Palabras clave: China, Partido Comunista de China, transición socialista, economía de mercado socialista.

Abstract: The troubled course of the revolutionary process of building socialism in China reveals a gradual reorientation of revolutionary energies to the "technical tasks", focused on economic development and increase of productive forces. The theoretical and practical reframing of Chinese socialist transition acquires a qualitative dimension with the proclamation of the Reform and Opening policy and the recognition of the historical phase that the Communist Party of China, since Deng Xiaoping, defined as the primary stage of socialism. The economic reformulation stresses the issue of the use of market instruments in the process of socialist transition in China, establishing a parallel with the pioneering

experience of Soviet NEP. The socialist market economy in China corresponds to a model of mixed economy, in which public ownership and the State hold the commanding heights of the economy, and the integration into the world economy is a key lever. This reality that does not set as granted a return of China to the dominance of capitalism. At the same time, the inevitable clash between the dynamics of two conflicting economic systems – socialism and capitalism – raises to the CCP and the Chinese proletariat the theoretical and practical requirement of safeguarding a re-updated class perspective.

Key words: China, Communist Party of China, socialist transition, socialist market economy.

Não podem estas notas corridas e parcelares aspirar a uma reconstituição ou síntese do percurso da construção socialista chinesa desde a vitória revolucionária e a fundação da China Popular em 1949.

E, não obstante, desde logo importa reter que temos perante o nosso olhar que se quer reflexivo e crítico um período acidentado de assalto revolucionário e construção do novo Estado num tempo e país herdeiros de um processo de decomposição imperial – de um Império com uma história milenar cujo anacronismo e declínio a emergência do imperialismo, na acepção leninista do termo, veio tornar irremediável e inadiável.

Decadência e subordinação que remeteu a China moderna ao atroz atraso semi-feudal e a mais de um século de confinamento semi-colonial e flagelação imperialista.

Crise prolongada que alcança um primeiro marco histórico de resolução, ainda que incompleto e instável, na revolução de 1911, com o derrube do poder autocrático feudal e o advento da República³.

Acidentado percurso percorrido desde 1949, moldado por constantes choques e ingente confrontação em defesa e na procura dos caminhos da construção da soberania nacional, da emancipação social, do socialismo, encerrando o ciclo histórico de um século de humilhação e cabal sujeição às potências imperialistas.

Tempo de batalhas que se revelaram igualmente no seu desenrolar e avanço revolucionário uma dolorosa e áspera experiência de aprendizagem e amadurecimento, na adequação do compasso revolucionário às radicalmente novas condições e realidade do exercício do poder de Estado – em que gradualmente se vai dar a reorientação das energias revolucionárias para o domínio do “trabalho técnico”.

E se há aspecto em que a experiência chinesa contemporânea nos assombra é precisamente na dimensão do carácter revolucionário do dito “trabalho técnico”. Este tempestuoso reajustamento revolucionário atinge um novo patamar qualitativo no período de Deng Xiaoping com a postulação das “Quatro Modernizações” (agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia) e a reavaliação do pensamento chinês sobre o socialismo, dando menos ênfase aos objectivos de longo termo e mais aos meios para a sua concretização.

Estamos pois em presença de uma dinâmica pendular e um caminho tumultuoso percorrido aos solavancos, quando não por guinadas e de supetão, em que se entretecem e sucedem diferentes saídas, equações e fases da (e na) transição ao socialismo: desde a inicial Nova Democracia que já olha para a experiência soviética pioneira da Nova Política Económica (NEP, no acrónimo russo), o salto em frente das comunas e dos fornos de fundição (1958-1960) – e o seu forçoso recuo reparador –, a reincidência voluntarista que desemboca na queda tormentosa da revolução cultural (1966-1976), até à proclamação da política da Reforma e Abertura, o conceito de economia de mercado socialista, e depois a concepção das

três representações⁴ e o conceito de desenvolvimento científico – que abre agora portas ao “sonho chinês”.

Último período – o da reforma – igualmente pautado por um conturbado historial e feixe de perplexidades, cortantes contradições e transcendentais desafios, tal como estes – em dinâmica que não se detém – se apresentam na experiência chinesa contemporânea.

Num século XX de extremos, é quase impossível não atender à colossal compressão histórica enfrentada pela experiência chinesa desde 1949 no desafio não abandonado da construção do socialismo.

Sublinhe-se o movimento intrépido de industrialização (com o lançamento das bases da indústria pesada, marcados pela crucial assistência e solidariedade soviéticas), assentando as bases do desenvolvimento técnico e da urbanização acelerada que marca as últimas décadas.

A taxa de população urbana da China *creceu de 17% em 1979 para cerca de 53% no final de 2012*⁵, o que, tomando a escala demográfica chinesa (cerca de 1354 milhões de habitantes em 2012), constitui o maior e mais rápido processo de urbanização vivido por um país na história mundial.

Sem subestimar os perigos de simplismo, pode afirmar-se que os 65 anos de construção socialista chinesa relevam um corte fundamental ou, melhor, um radical reenquadramento geral, no plano conceptual e da práxis, que o divide, grosso modo, em dois grandes blocos: 1949-1978 e 1978-até à actualidade. O que pressupõe a existência de visíveis linhas de diferenciação e ruptura mas não pode ignorar não menos importantes aspectos e factores de continuidade que articulam e sustentam a experiência chinesa no domínio da grande transição socialista, numa etapa histórica que a direcção chinesa a partir de Deng Xiaoping definiu como de *estádio primário do socialismo* (de características chinesas).

Note-se aqui que o pensador soviético Vaziulin utilizou já nos últimos anos de vida o conceito histórico de socialismo precoce ou inicial (que considera ter existido na União Soviética), ressaltando-lhe duas características fundamentais: o facto de se desenvolver numa base técnico-material não totalmente adequada ao socialismo e de surgir nas condições de supremacia capitalista no mundo⁶.

Não abdicando do esforço de “procurar a verdade a partir dos factos”, de encarar a realidade concreta, importará neste enquadramento olhar para como situa e caracteriza a direcção chinesa este caminho, que tem como ponto de partida um contexto de colossais atrasos e pobreza massiva, num país de território e população imensos, e no qual o papel das massas camponesas mobilizadas e articuladas pelos comunistas foi determinante para a conquista do poder em 1949 pelo Partido Comunista da China (PCCh) liderado por Mao Zedong.

Hu Jintao, ex-secretário-geral, em intervenção proferida em 2008 no 30º aniversário da Reforma e Abertura, periodizou o século XX chinês, referindo-se à eclosão de “três grandes revoluções”: a primeira, em 1911, encabeçada por Sun Yat-sen que depõe uma autocracia milenar, a segunda: “a revolução da nova democracia e a revolução socialista conduzida pelo Partido Comunista” que levou ao derrubamento “do imperialismo, feudalismo e o capitalismo burocrático”, e a terceira, a “grande nova revolução da reforma e abertura liderado pelo PCCh”, permitindo “ao povo chinês desenvolver o socialismo de características chinesas” e iluminando um “futuro de renascimento nacional”⁷.

Recorde-se que já o destacado dirigente comunista chinês Liu Shaoqi, logo em 1950, havia apontando como a primeira tarefa do poder revolucionário triunfante o “derrubamento do regime dos imperialistas estrangeiros, dos senhores feudais, dos burocratas e da classe compradora, de forma a implantar a ditadura democrática do povo e realizar a independência e unificação da China”, observando que tal “não conduzirá directamente à elevação das forças produtivas ou ao desenvolvimento da produção” – que constituem precisamente a “segunda tarefa”⁸.

Três décadas e meia volvidas, em 1988, no repensar dos caminhos teóricos da política económica do socialismo chinês no âmbito da política da Reforma e Abertura, o destacado economista comunista chinês Liu Guoguang pontualizava os seguintes aspectos⁹:

- . A rejeição da ideia do socialismo como uma sociedade que possui uma economia de carácter não mercantil;
- . A elaboração de uma concepção da economia de mercado socialista;
- . No plano da propriedade, a rejeição da perspectiva de “quanto maior a dimensão, maior o nível de socialização”; que “quanto mais pura a propriedade estatal e mais fundidos o direito jurídico de propriedade e o direito de exploração/gestão, tanto melhor”;
- . O apagamento da perspectiva de funcionamento da economia em que a regulação pelo plano e o mercado constituem elementos incompatíveis e mutuamente excludentes;
- . Na questão da distribuição do rendimento, o despreendimento da perspectiva que identificava o socialismo com o igualitarismo e negava a inexistência de rendimentos não provenientes do trabalho (ou seja, do capital) no socialismo (durante a fase inicial do processo socialista).

Ao mesmo tempo sublinhava a defesa dos traços essenciais da economia socialista: *o papel reitor da propriedade pública (social) e da distribuição segundo o trabalho*.

Ao abordar a dinâmica da Reforma chinesa não devemos perder de vista a situação específica enfrentada pela China no final da década de 1980, tanto no plano interno (num contexto impregnado pela derrota das perigosas réplicas do extremismo voluntarista e sectário de esquerda de raiz maoísta – naquilo que o termo encerra de mais pejorativo), como no plano internacional, em que avulta a crise terminal do “socialismo real” e a desagregação abrupta da URSS, com as suas calamitosas consequências imediatas (profunda modificação da correlação de forças no mundo) desfavoráveis ao proletariado.

Invertendo o padrão de desenvolvimento autárquico que se tornara um espartilho para o avanço do país (note-se que em 1973 o dirigente chinês Chen Yun já defendera a necessidade, num país como a China, de usar uma mão-de-obra profusa, desenvolvendo a produção em larga escala com vista à exportação¹⁰), a política de abertura e a reformulação económica que se dá em sucessivas vagas de liberalização recolocam com toda a força a questão incontornável da utilização profícua dos instrumentos do mercado na longa transição e construção socialistas.

A reforma económica chinesa visa basicamente enfrentar o problema dos estrangulamentos e estagnação conhecidos no campo da produtividade e do desenvolvimento das forças produtivas (lembre-se que a China, segunda economia mundial em termos absolutos, permanece bem aquém das maiores economias capitalistas em termos de consumo energético por unidade do Produto Interno Bruto (PIB);

cenário que, apesar de todas as diferenças e especificidades, acabou por conformar uma regularidade em que desembocaram as experiências concretas de transição ao socialismo do século XX, da URSS à China, de Cuba ao Vietname, revelando-se um factor de maior limitação e condicionamento, quanto maior o atraso inicial dos processos de transição e menor o potencial e recursos disponíveis.

É oportuno citar aqui o meritório investigador social brasileiro, Luís Fernandes, que afirma a necessidade de “demarcar campo” com o “voluntarismo”.

Na sua opinião, a “experiência socialista” sugere que a “a transição socialista terá de conviver por um longo período histórico com relações de mercado”, sendo que o “artificialismo” no “enfrentamento deste desafio só pode conduzir a becos sem saída”¹¹. Artificialismo, sublinhe-se, não desligável da pressão das condições objectivas e da força das circunstâncias históricas em que não é desprezível a acção do inimigo de classe.

Parece assim plausível a hipótese de ser “bem possível que o fracasso das experiências socialistas no século XX se deva menos à preservação de categorias mercantis do que a excessos voluntaristas na sua restrição”¹².

Muito mais do que um modelo rígido de transição a submeter aos axiomas de uma lei geral do socialismo, imutável e apriorística (construção socialista que assim seria empalada numa leitura reificada da realidade, que além do mais perderia de vista a sua própria natureza multi-transitória entre a formação capitalista e a sociedade comunista), o que ressalta da experiência chinesa contemporânea e do património básico constituído no campo teórico e prático que o PCCh identifica como a aplicação criativa da teoria marxista à realidade chinesa (e de que Mao Zedong não deixa de ser considerado o grande precursor) é a construção de uma estratégia de acumulação de forças e desenvolvimento, que se poderia dizer de “coexistência produtiva” nas condições reais de um mundo de “inter-dependências assimétricas” (o termo é de Fidel Castro), pautado pelo desenvolvimento da economia mundial e de uma divisão internacional do trabalho quase absolutamente hegemonizados pelo imperialismo. Sendo, simultaneamente, já perceptível a rota actual de declínio relativo dos Estados Unidos (EUA) e das grandes potências do capitalismo.

Uma estratégia flexível de coexistência e fortalecimento nacional da China assente numa economia mista, em que a propriedade pública detém os altos comandos da economia, não impedindo o desenvolvimento “paralelo” de diferentes formas e mecanismos de propriedade e gestão económica (com uma relevante componente que poderá ser qualificada de capitalismo de Estado), e em que a via magistral de inserção na economia mundial constitui uma alavanca fundamental incontornável (o século XX tardio mostra-nos precisamente o fencimento do socialismo precoce, fechado em si).

Tal realidade *per se* não equivale a, nem autoriza conceber-se como um dado adquirido “uma transição pacífica” da China para o domínio do sistema capitalista¹³, embora esta eventualidade também não possa ser excluída no quadro de tensões e riscos que encerra a realidade chinesa.

Temos pois uma estratégia de desenvolvimento económico da China balizada na orientação socialista (mesmo que amiúde em campo se percam de vista as balizas), que resulta de uma profunda, mas sempre limitada, historicamente, reavaliação da realidade e das suas possibilidades. Que – transcorridas escassas décadas – se vislumbra como núcleo constituinte de uma quase imparável dinâmica de

modernização e ascensão nacional, que se pretende de carácter emancipador, apesar dos não subestimáveis perigos de inebriamento nacionalista e do fantasma de “cavalgar o tigre sem o domar”: de a revolução poder soçobrar perante a ascensão impetuosa dos novos estratos sociais, que compõem a burguesia emergente, e a fusão do poder capitalista com o aparelho partidário e estatal.

Estratégia económica que, ainda, e sobretudo, releva o poderoso manancial e instrumentário económico subordinado ao comando do PCCh e do estado chinês.

Eric Hobsbawm numa das derradeiras entrevistas interrogando-se sobre o futuro da revolução chinesa constatava a tendência que favorece o “rápido crescimento da classe média intelectual e sectores de elevada qualificação”, e o aparente pendor do Partido Comunista na China para o recrutamento de uma “liderança abundantemente tecnocrática”¹⁴.

No plano da abordagem teórica em especial haverá que estar precavido contra as tentativas de obnubilação do carácter antagónico entre a burguesia e proletariado. Tanto mais que o próprio processo de desenvolvimento e ascensão económica chinês forjou uma poderosa e alargada classe proletária, como nunca existiu na China, colocando a exigência premente da revitalização do papel das massas na gestão e planificação.

Nesta incursão no desconhecido, existe o precedente fundador da URSS e, especialmente a experiência pioneira dos anos da NEP.

Por sinal, no início da década de 1950, o próprio Stálin recomenda à liderança do PCCh um caminho cauteloso e gradual que mantivesse uma economia mista por um largo período preparatório do estádio socialista¹⁵.

Referindo a NEP dos anos 20 soviéticos e olhando a experiência chinesa, é quase obrigatório recuperar aqui as palavras de Lénine (Outubro de 1921), quando interpela o poder proletário a manter os capitalistas sob controlo de forma “a dirigir o capitalismo através do curso estatal e criar um capitalismo subordinado ao estado e ao seu serviço” (p. 208)¹⁶.

Ou quando, antes, afirma não considerar um paradoxo poder conceber-se o próprio capitalismo privado ao serviço do socialismo, antes pelo contrário, trata-se de “um facto económico absolutamente incontestável” (p. 511)¹⁷ nas condições soviéticas dos anos 20 (Abril de 1921).

Mas, previna-se, nesta viagem de coabitação com os instrumentos (e classes) da economia mercantil, Lénine sempre colocou como critério crucial, a capacidade concreta do poder proletário em controlar e dar resposta aos fenómenos negativos “inerentes” à NEP (Novembro 1922)¹⁸.

Este é um aspecto que se coloca hoje de forma agudíssima na experiência chinesa e que não poderá em última instância estar desligado de uma efectiva perspectiva de classe. Da capacidade prática, concreta, de encontrar respostas para desarmar e contrariar os perigos, tendências e aspectos negativos e colaterais encerres nos mecanismos de mercado, dando relevo e capacidade motriz à progressão na via socialista no quadro e a partir da economia de mercado socialista.

A questão dos critérios e contra-pesos revolucionários na perigosa e larga travessia a empreender, paredes-meias com os instrumentos e o ambiente dominante do capitalismo, mantém inteira validade.

Certamente, o PCCh reconhece que a Reforma é um grande experimento que acarreta riscos inevitáveis e continua a insistir na defesa dos “quatro princípios cardeais” (a manutenção da via socialista, da ditadura democrática do povo, da direcção do Partido Comunista e do Marxismo-Leninismo e pensamento de Mao Zedong).

Contudo, a questão fundamental consiste na aplicação prática e concreta destes princípios.

Na experiência chinesa – e até ver – o que se pretende estabelecer é uma economia de mercado socialista, o que não é equivalente a uma economia de mercado capitalista, pese embora os perigos de resvalamento. Segundo o já mencionado Liu Guoguang, agora em 2011, a economia de mercado socialista é um conceito holístico que combina o socialismo e a reforma orientada para o mercado, demonstrando dois traços fundamentais¹⁹:

1. Em termos da propriedade, a propriedade pública constitui a pedra basilar da coexistência e desenvolvimento de múltiplas formas de propriedade (evitando os modelos puros).
2. Os mecanismos do mercado desempenham o papel básico na alocação de recursos, enquanto o planeamento assume preponderância essencial na gestão macro-económica.

A convivência entre plano e mercado e a utilização do mercado no socialismo é uma questão que na experiência chinesa decorre dos limites práticos patenteados pela economia planificada tal como ela se configurou classicamente nas experiências de edificação socialista do século XX, revelando os traços de sobre-centralização asfixiadora e a proeminência dos mecanismos do chamado comando administrativo. Constrangimentos a que a experiência da Reforma chinesa – dentro da perspectiva de desenvolvimento da produção e da socialização em larga escala, em que o mercado é o meio básico de alocação dos recursos e da sujeição das actividades económicas à lei do valor – responde com a inflexão em direcção ao gradual estabelecimento de uma economia de mercado socialista, salvaguardando que o seu desenvolvimento – sob o controlo macro-económico do Estado chinês (os planos quinquenais mantêm-se) – não é praticar o capitalismo. Conceptualmente poder-se-á afirmar que, na essência, não se trata da negação da planificação mas da sua repotenciação dialéctica num plano superior, de “supra-planeamento” e macro-regulação económica, em que a direcção do Partido e do Estado utilizam o mercado como instrumento de desenvolvimento económico, não abdicando das suas prerrogativas essenciais.

A questão fundamental para esta fase – primária do socialismo – é a industrialização, comercialização, socialização e modernização da produção, objectivo que, segundo Deng Xiaoping muitos países alcançaram sob condições capitalistas, mas que no caso da China a história demonstrou só ser possível através do socialismo.

Advertindo para o perigo de divórcio da realidade e de saltar etapas necessárias, o PCCh perspectiva que esta fase se estenderá por um período mínimo de 100 anos, contado desde 1949.

Esta é pois uma etapa ditada pela exigência chave de concentração de meios e recursos no desenvolvimento das forças produtivas e o fortalecimento e expansão da base económica.

A este propósito, volte a lembrar-se, conforme o constatam acertadamente não poucos autores, que é a lei do valor que continua a guiar os caminhos da transição socialista, não podendo esta ser

prematuramente “abolida” por meios administrativos, sem que não se criem e promovam graves e potencialmente fatais distorções e degenerescências.

Na experiência chinesa o desenvolvimento económico permanece a base do imperativo colocado de finalizar o processo de modernização e industrialização, de alterar o padrão de crescimento económico (através da passagem para um modelo determinadamente assente no consumo interno), não abdicando de continuar a suportar a crescente presença chinesa na política e economia mundiais.

Reportando-se ao percurso específico chinês anterior a 1978, Deng referiu que, num contexto em que o controlo socialista da propriedade sobre os meios de produção foi basicamente alcançado, as tentativas de promover o desenvolvimento das forças produtivas tomando como linha central a luta de classes conduziram a graves fracassos. Para o PCCh a luta de classes na China permanece – e Deng ligou-o à existência do imperialismo, associando-a essencialmente ao contexto internacional e radicando-a só a um nível secundário no plano interno –, mas de acordo com a “posição oficial” da direcção chinesa, na presente etapa da construção socialista a principal contradição verificada é entre as crescentes necessidades materiais e culturais do povo e o ainda baixo nível da produção social.

Será necessário voltar a fazer sempre o ponto neste enfoque, conhecido o cavalgar das desigualdades sociais na China ao longo das últimas décadas. De facto na complexa e contraditória dinâmica social que envolve a China, esta é uma questão em que, mesmo tomando como válidas as preocupações a que a formulação teórica chinesa tenta responder (isto é: na fase primária do socialismo, o PCCh tem que tomar também em consideração, embora não de forma irrestrita e incondicional, os interesses de parte da “classe exploradora”, como os capitalistas nacionais e os proprietários e empresários privados legais, de forma a concentrar todas as forças para a revolução e a construção da nova sociedade)²⁰, todos os equilíbrios são precários e reversíveis. Não há, na realidade, garantias de que a luta de classes “pura e dura” não possa vir a “irromper” cruamente no coração do próprio edifício institucional do poder chinês, alicerçado na direcção do Partido Comunista.

A eventual subestimação – na essência e não na forma – do potencial disruptivo das tensões e divisões antagónicas de classe na sociedade chinesa, seria motivo de alerta e preocupação.

Questão que não poder deixar de se colocar com grande acuidade quando são evidentes os efeitos acumulados de um certo amolecimento da consciência socialista e da luta ideológica correspondente, a par de um vazio que se tentará combater no avigorado combate à corrupção no partido e aparelho e na necessária reivindicação de uma “consciência de classe” pelo alargado proletariado chinês – mesmo nas condições complexas, mas não menos pertinentes, da economia de mercado socialista.

Não há receita milagrosa para resolver à partida as tensões inerentes a uma sociedade de transição no quadro de uma economia de mercado (socialista). A equação leninista de “quem ganha a quem” perdurará num contexto em que os mecanismos de inserção e aumento de peso da China no mercado mundial e divisão internacional do trabalho (hegemonizado por um sistema em sobressaltado declínio – naquela que constitui e se apresenta uma contradição de fundo e curva apertadíssima para a liderança e processo chineses) e, até certo ponto, a inevitável tendência de expansão da mercantilização não deixarão de testar a solidez da superestrutura chinesa e desafiar as linhas estratégicas da construção

socialista e o ainda ascendente das forças do socialismo no sistema socialismo-mercado mundial capitalista. Não deixando, ao mesmo tempo, a China de continuar a influir proeminentemente e moldar as condições da transformação deste último.

Não há que aveludar os caminhos tormentosos da reforma chinesa, em que o reverso da medalha do impetuoso crescimento económico e social está representado na “desnacionalização” massiva (mas não indiscriminada), na emergência da mecanismos e patamares da exploração capitalista, e o agravamento crítico das desigualdades. Nem tão-pouco é possível ignorar os efeitos corrosivos da influência política e ideológica do liberalismo transportado pelas “novas camadas” sociais para dentro do Estado e do Partido (colocando eminentemente a questão acima mencionada – do perigo de fusão orgânica do poder económico da burguesia emergente com a burocracia partidária e do Estado).

Veja-se, a título de exemplo, o recente relatório conjunto do Banco Mundial e um relevante Departamento de Pesquisa do Conselho de Estado chinês, “China 2030”, que avança um roteiro de seis direcções estratégicas para uma almejada “mudança chinesa”²¹.

Na observação da realidade chinesa e do movimento das suas contradições não se subestime porém a capacidade dialéctica e o potencial que o PCCh não tem deixado de demonstrar de dirigir, no fio da navalha, a China Popular nos caminhos do desenvolvimento e do socialismo neste nosso conturbado tempo.

Tenha-se presente que no actual órgão central do PCCh não há empresários privados entre os 205 membros efectivos (e apenas um entre os 171 suplentes)²². E se é verdade que a iniciativa privada chinesa demonstra grande pujança, e que empresários privados e “representantes” dos novos estratos emergentes já podem hoje aderir e ser dirigentes do PCCh, sublinhe-se no saliente reverso da moeda a expansão significativa das células e *organização* do partido comunista nas empresas privadas (tanto de capital nacional, como estrangeiro). Do mesmo modo, no plano da sindicalização a progressão nos últimos anos é galopante. Se no início do século XXI a Federação de Sindicatos da China contava com 87 milhões de membros, em 2013 o seu número atingia os 280 milhões²³.

As dinâmicas económicas de dois sistemas – socialismo e capitalismo – coexistem e confrontam-se numa tensão e luta complexas na China contemporânea.

Todos estes aspectos contraditórios têm lugar na realidade chinesa, mas no materialismo não se pode, de modo algum, tomar a nuvem por Juno.

Nos caminhos complexos e enviesados, plantados de desafios e rupturas, da modernização e da não evaporável e complexa batalha pela socialização dos meios de produção, o fortalecimento das grandes empresas do sector estatal é um factor cada vez mais determinante no controlo da economia chinesa e na construção e afirmação competitiva das diferentes modalidades e combinações de afirmação da *propriedade pública*²⁴. Isto no preciso momento em que a China aposta na alteração do padrão de desenvolvimento em direcção ao mercado interno, em que o acento doutrinário é colocado no “desenvolvimento científico” e na renovada e imperiosa atenção para com a dimensão social. Saliente-se que o processo chinês – num período de recessão e estagnação mundial capitalista – continua paulatinamente, embora partindo de um

plano marcadamente recuado, a (re)erguer o maior e mais alargado sistema de segurança social à escala mundial.

E os salários da classe trabalhadora continuam a crescer desde 1995.

A verdade é que o processo de crescimento económico e desenvolvimento das forças produtivas da China – nesta larga jornada sob a direcção do partido comunista –; a escala da economia chinesa, a densidade e dimensão da sua força-trabalho, a capacidade demonstrada de progressão na cadeia de valor mundial e os avanços na incorporação técnica e científica colocam já o antigo império do meio no centro da reconstrução e reorganização de forças do mundo actual. A China é hoje o mais dinâmico país em desenvolvimento e, simultaneamente, o grande motor do processo de reorganização global que mexe com o nervo da correlação de forças.

A mediação chinesa tornou-se um factor incontornável na economia mundial e na relação com as potências imperialistas e a arquitectura da Tríade, e o acelerado desenvolvimento da China não só se converteu num factor que precipitou o agravamento das contradições sistémicas capitalistas, mais do que conceder-lhes um novo fôlego, como cada vez mais passa a funcionar como o seu próprio catalisador.

Pelo segundo ano consecutivo na lista da Forbes, dois bancos chineses de capital maioritariamente público lideram a lista das companhias mais poderosas do mundo.

Apesar da compra massiva de títulos da dívida dos EUA e dos laços de inter-dependência económica, a China tem desempenhado um papel transcendente na canalização dos fluxos de excedentes “do Sul para o Sul”²⁵ e na construção de alternativas de comércio e de investimento na base da reciprocidade com os chamados países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Lembremo-nos de novo de Lênine sobre a essência do capitalismo de Estado e a “recriação” do capitalismo pelo Estado (da e na transição) socialista.

Todavia, convém não esquecer que globalmente os níveis de produtividade da economia chinesa ainda estão sensivelmente aquém dos das principais potências capitalistas.

Como sublinha Valenzuela Feijóo, sustentando-se em Marx, se “a socialização é a base que permite substituir a lei do valor por um novo princípio de planificação democrática ao serviço do trabalho, tal só poderá ocorrer quando o grau de socialização das forças produtivas é suficientemente elevado. Algo que constitui a função e missão da própria lei do valor que se pretende suplantar” (p. 856)²⁶.

A experiência chinesa não só testa a nossa perplexidade e capacidade crítica. Mas interpela também a nossa capacidade de voltar a pensar dialecticamente a sociedade da transição socialista.

Como afirmou o economista e investigador brasileiro Theotonio dos Santos “a experiência chinesa faz-nos repensar profundamente o marxismo [...] não como uma doutrina fechada, mas como uma aventura científica, cultural e política sempre aberta” (p. 17)²⁷. Embora não sem critérios próprios e sempre virada para a transformação radical e emancipadora da realidade, sublinhe-se.

Em tempos conturbados e de renovadas ameaças, a persistência em dar espaço ao desenvolvimento das contradições evitando a sua omissão e supressão artificial serve de lição metodológica. Nada é inteiramente antes do seu tempo²⁸.

Mas o tempo urge.

Percebe-se por isso a pressa do imperialismo e a indisfarçável inquietação dos EUA à cabeça, que não podendo prescindir daquilo que representa o mercado chinês, tudo e muito mais continuarão a fazer para desestabilizar [e *instabilizar*] a China e a retirar dos eixos do socialismo.

Referências:

- ARRIGHI, G. *Adam Smith en Pekín: orígenes y fundamentos del siglo XXI*. Madrid: Akal, 2007.
- BERNSTEIN, T. P. Introduction: the complexities of learning from the Soviet Union. In: BERNSTEIN, T. P.; LI, H. (Ed.). *China learns from the Soviet Union, 1949-present*. Maryland: Lexington Books, 2011. p. 1-23.
- FEIJÓO, V. *Teoría general de las economías de mercado*. Caracas: Banco Central de Venezuela, 2012.
- FERNANDES, L. *URSS - Ascensão e queda*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.
- _____. *O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2000.
- GUO GUANG, L. Olhar retrospectivo sobre a teoria da reforma económica na China numa década (Em jeito de prefácio). In: VINOGRADOV, V. A (Org.). *RPC: nos caminhos das reformas (teoria e prática)*. Moscovo: Nauka, 1989. p. 5-39.
- _____. Speech upon receiving the marxian economics award. *World Review of Political Economy*, Oxfordshire, v. 2, n. 3, p. 366-370, fall 2011.
- KHOO, H. *Workers' rights and the law*. 2014. Disponível em: <http://www.china.org.cn/opinion/2014-05/05/content_32288915.html>. Acesso em: 07 mai. 2014.
- LAM, W. *China Youth clique maintains clout*. 2012. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/China/NL04Ad01.html>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- LÉNINE, V. I. A Nova Política Económica e as tarefas dos formadores políticos. In: LÉNINE, V. I. *Obras escolhidas em 10 tomos*. Moscovo: Politizdat, 1987. t. 10. p. 203-220.
- _____. Sobre o imposto em espécie (o significado da Nova Política e as suas condições). In: LÉNINE, V. I. *Obras Escolhidas em três tomos*. Lisboa/Moscovo: Edições “Avante!” - Progresso, 1979. t. 3. p. 492-520.
- _____. Discurso no Plenário do Soviete de Moscovo. In: LÉNINE, V. I. *Obras Escolhidas em três tomos*. Lisboa/Moscovo: Edições “Avante!” - Progresso, 1979. t. 3. p. 629-635.
- SHAOQI, L. Industrialization of the country and improvement of the people's living standard. In: SHAOQI, L. *Selected Works of Liu Shaoqi*. Beijing: Foreign Languages Press, 1991. v. 2. p. 9-15.
- SANTOS, T. dos. *O Marxismo como projecto e a experiência chinesa*. s. d. Disponível em: <http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_9_122_475.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2010.
- REIS, R. *Cada coisa a seu tempo tem seu tempo*. 1914.
- VAZIULIN, V. A. *Lógica da História: Questões teóricas e metodológicas*. 2. ed. rev. e aum. Moscovo: Izdatelstvo SGU, 2005.
- WORLD BANK. *China 2030: building a modern, harmonious, and creative society*. Washington: World Bank, 2012.
- YUN, C. Making use of China's rich labour force to produce finished products for export. In: YUN, C. *Selected Works of Chen Yun*. Beijing: Foreign Languages Press, 1999. v. 3. p. 226-227.

Notas:

- ¹ Comunicação apresentada ao II Congresso Internacional Marx em Maio, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 10 de Maio de 2014.
- ² Diplomado em Educação Física e Desporto pelo Instituto Estatal de Cultura Física de Kiev (1991) e licenciado em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa (2005). Desenvolve actualmente investigação sobre a Nova Política Económica (NEP) na URSS e a temática da transição socialista no âmbito de doutoramento em História Moderna e Contemporânea que realiza no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Membro da Secção Internacional do PCP. Autor de mais de uma centena de crónicas e artigos sobre temas de política internacional e história contemporânea. E-mail: lmcarapinha@netcabo.pt.
- ³ Marco associado ao nome de Sun Yat-sen, fundador da República e do partido Kuomintang (KMT), defensor da aliança com o PCCh, que como se sabe integrou o KMT. A doutrina de Sun Yat-sen enumerava “Três princípios do Povo” etéreos em busca de aplicação histórica concreta: nacionalismo, democracia (poder popular) e bem-estar social.
- ⁴ Segundo a qual o PCCh deve representar a tendência de desenvolvimento das forças produtivas avançadas, a orientação da cultura avançada e os interesses fundamentais da esmagadora maioria do povo chinês
- ⁵ Cf. *EFE*, de 24 de fevereiro de 2010, e *People's Daily online*, de 18 de janeiro de 2013.
- ⁶ V. A. Vaziulín, *Логика истории. Вопросы теории и методологии* (Lógica da História. Questões teóricas e metodológicas (2ª edição revista e aumentada)), Moscovo, 2005.
- ⁷ Hu Jintao's speech at the Meeting Marking the 30th Anniversary of Reform and Opening Up. 18 dez. 2008. Disponível em: http://www.china.org.cn/archive/2009-05/11/content_17753659.htm. Acesso em: 18 dez. 2008.
- ⁸ Liu Shaoqi, Industrialization of the country and improvement of the people's living standard, em *Selected Works of Liu Shaoqi Volume II*, Beijing, 1991.
- ⁹ Liu Guoguang, *Обзор теории экономической реформы в Китае за десятилетие (1978-1988)* [Olhar retrospectivo sobre a teoria da reforma económica na China numa década (Em jeito de prefácio)], em *Вопросы теории и методологии* (Lógica da História) [RPC: nos caminhos das reformas (teoria e prática)], organização de V.A. Vinogradov, Moscovo, 1989.
- ¹⁰ Chen Yun, Making use of China's rich labour force to produce finished products for export, em *Selected Works of Chen Yun, Volume III*, Beijing, 1999.
- ¹¹ Luís Fernandes, *URSS - Ascensão e queda*, São Paulo, 1992.
- ¹² Luís Fernandes, *O enigma do socialismo real – Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*, Rio de Janeiro, 2000.
- ¹³ Já Mao alertara para os perigos da “evolução pacífica”, contra a qual acabou por postular e praticar a “violência revolucionária” e a utilização dos instrumentos de mobilização voluntarista levados ao extremo durante a revolução cultural.
- ¹⁴ Eric Hobsbawm: até sempre!, em *Blog Do outro lado da notícia*, 01 out. 2012.
- ¹⁵ Bo Yibo [Recollections of certain major decisions and events], citado por Thomas P. Bernstein, Introduction: the complexities of learning from the Soviet Union, em *China learns from the Soviet Union, 1949-present*, edited by Thomas P. Bernstein and Hua-Yu Li, Maryland, 2011.
- ¹⁶ V. I. Lénine, A Nova Política Económica e as tarefas dos formadores políticos, em *Образцы избранные 10 томов*, 10 [Obras escolhidas em 10 tomos, tomo 10], Moscovo, 1987.
- ¹⁷ V. I. Lénine, Sobre o imposto em espécie (o significado da Nova Política e as suas condições), *Obras Escolhidas em três tomos, tomo 3*, Lisboa/Moscovo, 1979.
- ¹⁸ V. I. Lénine, Discurso no Plenário do Soviete de Moscovo, em *Obras Escolhidas em três tomos, tomo 3*, Lisboa/Moscovo, 1979.
- ¹⁹ Liu Guoguang, Speech upon receiving the marxian economics award, em *World Review of Political Economy*, Volume 2, Number 3, Fall 2011.
- ²⁰ Liu Guoguang, Speech upon receiving the marxian economics award, em *World Review of Political Economy*, Volume 2, Number 3, Fall 2011.
- ²¹ 1. Repensar o papel do Estado e do sector privado com vista a encorajar o aumento da competitividade;
2. Encorajar a inovação e adoptar um sistema inovador aberto com ligação à rede global de investigação e desenvolvimento;
3. Olhar para o crescimento verde como significativa oportunidade para um novo crescimento;
4. Promover a igualdade de oportunidades e a protecção social para todos;
5. Fortalecer o sistema fiscal e sua sustentabilidade;
6. Assegurar que a China como actor internacional prossiga a integração nos mercados globais (*China 2030 - Building a Modern, Harmonious, and Creative High-Income Society*, Washington, 2012).

-
- ²² Willy Lam, China Youth clique maintains clout. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/China/NL04Ad01.html>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- ²³ Heiko Khoo, Workers' rights and the law. Disponível em: <http://www.china.org.cn/opinion/2014-05/05/content_32288915.html>. Acesso em: 07 mai. 2014.
- ²⁴ Entre as 500 maiores empresas da China, 63% são empresas públicas chinesas, detendo 82% do volume de negócios e 90% do capital das maiores 500 (*Relatório anual 2013, Observatório Política China*). Por seu turno, na lista das maiores 500 empresas globais de 2013 da Fortune constam 89 empresas da China (incluindo Hong Kong), das quais 67 são empresas de propriedade estatal – 45 centrais e 22 locais (*China Hoy*, dez. 2013).
- ²⁵ Giovanni Arrighi, *Adam Smith en Pekín. Orígenes y fundamentos del siglo XXI*, Madrid, 2007.
- ²⁶ Valenzuela Feijóo, *Teoría general de las economías de mercado*, Caracas, 2012.
- ²⁷ Theotonio dos Santos, O Marxismo como projecto e a experiência chinesa. Disponível em: <http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_9_122_475.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2010.
- ²⁸ Ricardo Reis, *Cada coisa a seu tempo tem seu tempo* (1914).

Recebido em: 06/2014

Publicado em: 12/2014.